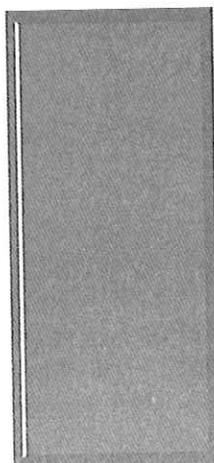


João Luiz Gonzaga Peçanha (\*)

## *O que é cultura brasileira?*

(\*) Coordenador do Curso de História da Universidade de Sorocaba – UNISO.



## **RESUMO**

Publicado em 1987, pelas Edições Loyola, o livro de Aldo Vannucchi, **Cultura Brasileira**, foi relançado, pela mesma editora, no final do ano passado, numa edição revista e ampliada. O presente artigo procura destacar alguns pontos importantes dessa obra, tendo como pano de fundo os quinhentos anos da tomada de posse do Brasil pelos portugueses.

## **ABSTRACT**

Published in 1987 by the Editor Loyola, the book by Aldo Vannucchi, **Cultura Brasileira** (Brazilian Culture) was published again by the same publisher at the end of last year in a revised and enlarged edition. The present article seeks to highlight some important points of this work using as a background the 500<sup>th</sup> anniversary of the discovery of Brazil by the Portuguese.

Discutindo cultura e indústria cultural, Milton Santos diz que “deformar uma cultura é uma maneira de abrir a porta para o enraizamento de novas necessidades e a criação de novos gostos e hábitos, subrepticamente instalada na alma dos povos com o resultado final de corrompê-los, isto é, de fazer com que reneguem a sua autenticidade, deixando de ser eles próprios”<sup>1</sup>.

A propósito disso e dos tais quinhentos anos, reveste-se de importância o livro *Cultura Brasileira*, de Aldo Vannucchi, relançado em 1999 (a primeira edição é de 1987), e que nivela o autor a Fernando de Azevedo, Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, entre tantos outros que têm contribuído para uma “definição” de nossa cultura.

Afinal, o que é cultura brasileira?

No conhecimento científico em geral – e, particularmente nos das ciências sociais e humanas – as definições são relativas e temporárias, em virtude de suas historicidades. E a cultura, como manifestação social, enquadra-se nessa categoria.

Aldo Vannucchi não diz, porém sabe disso. E, por isso mesmo, não se dispõe a definir e, sim, a estimular reflexões sobre a problemática da busca de uma compreensão do que seja cultura brasileira, com projeções para o futuro (p. 22-33 e seguintes). Na pág. 47, baseando-se em Darcy Ribeiro, argumenta que “só se pode falar de cultura brasileira na acepção de um entidade complexa e fluída, que não corresponde a uma forma dada, senão a uma tendência em busca de uma autenticidade jamais lograda plenamente”, ampliando, assim o fundamento das considerações anteriores.

A preocupação do autor com a historicidade e, conseqüentemente, com as implicações políticas da “questão cultural” manifesta-se na pág. 48: “Na verdade, a cultura brasileira só pode mesmo ser percebida como ‘tendência’ balizada no século XX por fenômenos revolucionários, como o Movimento Modernista, a Revolução de 30 e a gênese das Universidades, tudo dentro de um contexto político-econômico que o Estado burguês” sabe como enquadrar “ardilosamente uma pauta pré-capturada pelo seu aparelho ideológico”.

Mas como estudar a cultura brasileira para, dentro do possível, conhecê-la?

Vannucchi confirma a sua visão historicista, afirmando que alcance disso se encontra “num enfoque crítico-analítico (...) a partir do conhecimento

---

1. Da cultura à indústria cultural. Folha de S. Paulo, 19 de mar. 2000 (Suplemento *Mais*, p. 18).

das condições reais econômicas e políticas, da nossa sociedade(...) hoje dependente, marginal e periférica, como ontem foi empalmada e colonizada pelo mercantilismo europeu que nos explorou e desfigurou” (p. 55). Percebe-se aí o vínculo entre o conhecer a cultura brasileira e o conhecer o processo histórico da formação da nossa sociedade. Afinal, cultura é uma manifestação da sociedade e nela estão contidas as contradições sociais, como a divisão em classes. E daí vem a questão da manipulação pelo Poder, discutida pelo autor, entre as pág. 61 e 91, onde procura demonstrar a constante utilização da cultura pelo Estado como representante das camadas sociais dominantes, para manter o *status quo*, desde a época colonial arte à atualidade, fundamentando-se, principalmente, em Werneck Sodré. Vannucchi exemplifica, referindo-se ao Período Imperial, quando, “a distância entre a cultura das minorias poderosas e a cultura das classes populares aprofundava-se” (p. 80), não obstante as lutas de “personalidades exponenciais das classes dominantes e uma ou outra da pequena e incipiente classe média”, a favor das causas progressistas para a época, como instrução primária, abolição da escravatura, unidade nacional e industrialização.

E, com a implantação da República, mudou alguma coisa?

O autor ressalta que, na Constituição de 1891, não há um artigo sequer que contemple a cultura. Sobre o período do Estado Novo (1937-1945), diz que a preocupação com a cultura se resumiu à proteção “aos monumentos históricos, artísticos e naturais” (p. 82). No período 1946-1964, “a função do Estado como protetor da cultura foi prevista no art. 174 da Constituição mas, na prática, predominou a influência norte-americana monopolizadora e alienante, por meio, sobretudo, do cinema e da televisão” (id.). E aduz: “A cultura começa a despontar como indústria muito rendosa, como prejuízo das nossas raízes” (p. 85), condenando, implicitamente, a indústria cultural, cuja abordagem é retomada entre as pág. 113 e 123<sup>2</sup>.

No tocante ao período da ditadura militar (1964-1984), o autor aponta que houve tentativa de se estabelecer uma identidade por decreto, além de se prever, da mesma forma, uma defesa do patrimônio cultural e artístico nacional, mas como “coisas” acidentais, pairando acima das gritantes desigualdades socioeconômicas (como nas fases anteriores), mas com o agra-

---

2. Ver, principalmente, o trecho situado entre as páginas 101 e 105, em que o autor destaca as ações concretas para tornar a cultura popular em “potencial conscientizador das massas”, como o trabalho da União Nacional dos Estudantes, do Movimento de Educação de Base e da Campanha da Fraternidade, entre outros.

vante de reprimir, com violência, iniciativas de criar bens culturais considerados “reduto de subversão” (p. 86).

E, após a ditadura?

O autor procura demonstrar que a atual Constituição mantém o conceito elitista de cultura, apesar de avanços refletidos nos artigos 215 e 216. Acontece, porém, que a atual Lei Magna não faz qualquer referência aos “agentes culturais”, às leis Sarney e Rouanet; ela própria contém os “dois recheados artigos” já citados, mas sem conseqüências práticas.

E, em face da continuação dessa posse elitista da “cultura brasileira” através do Estado, o autor sugere que se discuta qual a melhor política cultural. E adianta que, no caso, o melhor é reconhecer que o Brasil tem milhões de marginalizados a serem incentivados como produtores de cultura, além de consumidores. Ou seja, que se criem condições que os cidadãos se sintam como agentes de cultura, cr’tiico9s e não passivos (p. 90-91).

Abrindo caminho para a discussão sobre cultura popular e cultura de massa, o autor procura diferenciar ambas, concluindo que as manifestações da cultura popular acabam por ser massificadas para fins lucrativos, por iniciativa de grupos particulares vinculados ao poder político (p. 113-141). Como alternativa, sugere aos meios de comunicação o apoio às manifestações culturais autênticas, conforme se lê na pág. 138: “O que não podem operar, por exemplo, os meios de comunicação no terreno da ecologia ou da prevenção sanitária, se souberem cooptar o zelo e o entusiasmo das forças populares?” O grande problema é que os meios de comunicação nem sempre estão sintonizados com o “zelo e o entusiasmo das forças populares”. E, que quando estão, acabam por cooptá-los em favor da ordem estabelecida.

A obra tem, subjacentes, muitos outros aspectos sumamente importantes, o que lhe confere o caráter de um considerável enriquecedor do debate sobre o que seja cultura brasileira. Daí a sua importância para os meios empenhados em debater a questão: o que é ou o que tem sido a cultura brasileira nesses quinhentos anos da chegada dos portugueses?

